



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

AgInt no AGRADO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1784387 - PR (2020/0288641-2)

RELATOR : MINISTRO GURGEL DE FARIA
AGRAVANTE : TAIS BRITO SANTANA
ADVOGADO : GILMAR PEREIRA ROSA - MT012544
AGRAVADO : UNIÃO

DECISÃO

Cuida-se de agravo interno interposto por TAIS BRITO SANTANA, com pedido de liminar para atribuir de efeito suspensivo a decisão do Ministro Gurgel de Faria que conheceu do agravo para "CONHECER PARCIALMENTE do recurso especial e, nessa extensão, DAR-LHE PROVIMENTO, para o fim de reconhecer que a servidora não faz jus à remoção para acompanhamento de cônjuge, nos termos da fundamentação".

É, no essencial, o relatório. Decido.

De acordo com o art. 300 do CPC, a tutela de urgência será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo. Em análise preliminar, não está configurado o *periculum in mora*.

No caso dos autos, a decisão baseia-se em entendimento consolidado na jurisprudência do STJ no sentido de que "não há interesse da Administração quando a remoção do cônjuge do servidor ocorre a pedido, por meio de concurso interno de remoção, mas somente quando o cônjuge é transferido de ofício pela Administração, ou seja, na hipótese prevista no art. 36, I, da Lei nº 8.112/90" (REsp 1.787.795/PB, relator Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe de 26/2/2019).

Dessa forma, inexistente um dos requisitos para o deferimento da liminar.

Ante o exposto, indefiro o pedido de efeito suspensivo ao agravo interno.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 17 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS
Presidente